



Câmara Municipal de Jundiaí

Estado de São Paulo

00100-165535/2016-72

Of. PR/DL 565/2016

Jundiaí, em 04 de outubro de 2016

20 OUT 2016

Exm.º Sr.

Senador RENAN CALHEIROS

DD Senador da República

BRASÍLIA-DF

Junte-se ao processado do

746 MPV
nº 746, de 2016.

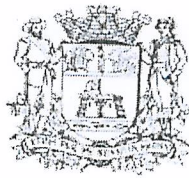
Em 17/11/16

J. Turrini
Senador
Lasen Montes

A V. Exa. encaminho, por cópia anexa a MOÇÃO n.º 410, de autoria dos Vereadores Eliezer Barbosa da Silva e Rafael Turrini Purgato, aprovada na 165.ª Sessão Ordinária, realizada nesta data.

Grato pela gentil atenção, apresento respeitosas saudações.

ENG. MARCELO GASTALDO
Presidente



Câmara Municipal de Jundiaí

Estado de São Paulo

MOÇÃO N° 410

REPÚDIO à Medida Provisória n.º 746/2016, do Governo Federal, que institui a política de fomento à implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências.



Considerando que a educação de qualidade é um direito de todos os cidadãos, pois é com esta importante ferramenta de conhecimento que o ser humano pode evoluir plenamente em todas as suas faculdades intelectuais;

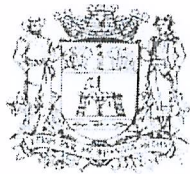
Considerando que a Medida Provisória n.º 746/2016, elaborada pelo Governo Federal é um retrocesso no desenvolvimento do intelecto dos alunos, inibindo o seu completo conhecimento;

Considerando que as matérias filosofia e sociologia possuem conteúdo importante para a formação humanista do indivíduo, e a retirada destas matérias podem causar danos irreversíveis na educação dos alunos do ensino médio, levando em consideração que elas são a base de formação e compreensão do ser humano sobre o ambiente em que vive;

Considerando que estas mudanças no currículo do ensino médio, sem prévia discussão e estudos aprofundados sobre o tema são uma afronta ao estado democrático de direito;

Considerando a tentativa, fracassada, de reforma da educação promovida pelo Governo do Estado de São Paulo, que queria realizar mudanças drásticas no ensino, sem a realização de estudos fundamentados e sem o diálogo com a sociedade e com os professores, além de promover o fechamento de 90 instituições de ensino, que culminou nas ocupações das escolas públicas realizadas pelos alunos, exigindo que os seus direitos fossem respeitados;

Considerando que estas medidas podem causar graves danos no ensino superior, pois, vários cursos na área de humanas necessitam o mínimo



Câmara Municipal de Jundiaí

Estado de São Paulo

(Moção nº 410 – pág. 2)

conhecimento destas duas matérias, além de ser ilógico que uma pessoa que queira se graduar em filosofia ou sociologia não ter tido nenhum contato com estas matérias antes da faculdade;

Considerando que essa Medida Provisória é um desrespeito aos profissionais da área da educação, ao inexigir dos professores Ensino Superior, conforme a alteração feita na Lei Federal n.º 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nos incisos III e IV, em seu art. 61, comprometendo desta forma a qualidade do ensino, além da degradação do professor que investiu o seu tempo e dinheiro para se profissionalizar e para se habilitar;

Considerando, por fim, que o governo federal agiu de forma demasiadamente displicente ao não consultar a sua população e os profissionais ligados à educação, levando em conta, principalmente, que os governantes, tanto na esfera do executivo, quanto na esfera do legislativo, são os representantes do povo;

Apresento à mesa, na forma regimental, sob apreciação do plenário, esta **MOÇÃO DE REPÚDIO** à Medida Provisória n.º 746/2016, do Governo Federal, que institui a política de fomento à implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências.

Dê-se ciência desta deliberação:

1. ao Presidente da República, Dr. Michel Temer;
2. ao Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros (PMDB/AL);
3. ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP);
4. ao Senador José Aníbal (PSDB/SP);
5. à Senadora Marta Suplicy (PMDB/ SP);
6. aos Representantes da Bancada do Partido Progressista – PP no Senado Federal;
7. ao Ministro da Educação, Sr. José Mendonça Bezerra Filho;
8. à Presidente da Diretoria Executiva do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – APEOESP, Prof.^a Maria Izabel Azevedo Noronha;
9. ao Diretor da Subsede Jundiaí do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – APEOESP, Prof. Uilder Cássio de Freitas.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 2016.

ELIEZER BARBOSA DA SILVA
'PROFESSOR ELIEZER'

PROF. RAFAEL PURGATO



CÂMARA MUNICIPAL DE ANDRADINA

Estado de São Paulo

RUA DR. ORENSY RODRIGUES DA SILVA, 553 - CEP 16.901-003 - FONE/FAX (18) 3702-3000

Site: www.camaraandradina.sp.gov.br

E-mail: diretoriageral@camaraandradina.sp.gov.br

17 OUT 2016

Andradina, 28 de setembro de 2016.

Junte-se ao processado do

nº 746, de 2016.

Em 17 / 11 / 16

OFÍCIO Nº 1.225/2016

Exmo. Senhor Presidente:

Temos a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para conhecimento e deliberação, cópia em anexo do **REQUERIMENTO Nº 872/16**, de autoria do vereador **HERNANI MARTINS DA SILVA**, apresentado e aprovado por unanimidade do Plenário da Câmara Municipal de Andradina em sessão ordinária realizada no dia 26 p. p., cujo assunto é seguinte:

“Moção de Apoio à manutenção da obrigatoriedade da Educação Física na grade curricular do Ensino Médio, contrariando proposta da medida Provisória 746/2016”.

Com os nossos protestos de elevada estima e distinta consideração, firmamo-nos mui.

Cordiais Saudações,

HERNANI MARTINS DA SILVA

- Presidente -

Ao Excelentíssimo Senhor

Renan Calheiros

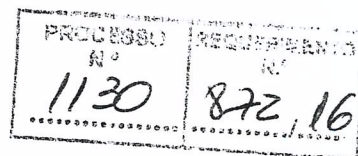
DD. Presidente do Senado Federal

Praça dos Três Poderes – Senado Federal

70165-900 - BRASÍLIA – DF /

AO EXMO. SENHOR HERNANI MARTINS DA SILVA – DD. PRESIDENTE DA CÂMARA
MUNICIPAL DE ANDRADINA, SP

REQUERIMENTO



Requerente: vereador Hernani da Bahia

Requerido: Plenário

Assunto: consignação de Moção de Apoio à manutenção da obrigatoriedade da Educação Física na grade curricular do Ensino Médio, contrariando proposta da Medida Provisória 746/2016.

JUSTIFICATIVA

O Governo Federal publicou, em edição extra do Diário Oficial da União do dia 23.09.2016, a **Medida Provisória (MP) 746/2016** que trata da reestruturação e flexibilização do Ensino Médio nacional, que orientarão a execução do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, especialmente a ampliação pretendida para a Escola em Tempo Integral.

A MP 746/2016 define, entre outros pontos, que em torno de 1,2 mil horas, equivalente à metade da carga horária total do Ensino Médio, deverão ser destinadas ao conteúdo obrigatório da Base Nacional Curricular. O restante da formação será opcional, o aluno escolherá entre cinco trajetórias: linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas (seguindo o modelo usado nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM), além de formação técnica e profissional.

As propostas da MP do Ensino Médio foram anunciadas no dia 22.09.2016 e levantaram **polêmica** a respeito do **fim da obrigatoriedade** do ensino de sociologia, filosofia, arte e **educação física**. Entretanto, após ajustes no texto da MP, essa questão ficou pendente, devendo ser decidida pela Base Nacional Curricular, que, segundo o Ministério da Educação, deverá ser discutida a partir de outubro e finalizada até meados de 2017. A MP definiu que apenas português e matemática serão obrigatórios para os três anos do Ensino Médio, além do ensino de inglês, porém, neste caso, não necessariamente para todos os três anos.

(fonte: <http://agenciabrasil.etc.com.br/educacao/noticia/2016-09/mp-do-ensino-medio-e-publicada-em-edicao-extra-do-diario-oficial>)

A proposta de não obrigatoriedade do ensino de **educação física** provocou críticas de especialistas, entidades da classe dos profissionais de educação física e professores, que julgam a medida como um retrocesso à década de 80 e uma questão de saúde pública, neste caso baseando-se em dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar que apontam quase 70% dos alunos sendo sedentários. Ainda, apontaram a perda do potencial de desenvolvimento motor, cognitivo e socioafetivo propiciado pela Educação Física, além dos possíveis prejuízos à estrutura escolar, menores investimentos na área, perda de profissionais

EXPEDIENTE

Sala das Sessões 26 SET 2016

Secretário

PROTOCOLO Nº 1113/16
26/09/16
SECRETARIA

de educação física e o enfraquecimento das políticas públicas de incentivo ao esporte, que devem ser promovidas através da escola, pois é a instituição mais presente no País.

Do exposto, **REQUER**, com fundamento nos arts. 142, § 3º, XIII, e 233 do Regimento Interno, seja consignada na ata dos trabalhos da presente sessão ordinária uma **Moção de Apoio** em favor da **manutenção da obrigatoriedade da Educação Física na grade curricular do Ensino Médio**, em contraposição à proposta da Medida Provisória 746/2016.

Requer, ainda, que desta deliberação seja dado conhecimento a Sua Excelência Sr. Michel Temer – DD. Presidente da República, à Sua Excelência Sr. Rodrigo Maia – DD. Presidente da Câmara dos Deputados, à Sua Excelência Sr. Renan Calheiros – DD. Presidente do Senado Federal, à Sua Excelência Sr. José Mendonça Bezerra Filho – DD. Ministro da Educação, à Sua Excelência Sr. Leonardo Carneiro Monteiro Piacini – DD. Ministro do Esporte, ao Sindicato dos Professores de Educação Física de São Paulo e Região (SINPEFESP), ao Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) e ao Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região (CREF4/SP).

Sala das Sessões
“Ver. Manoel Teixeira de Freitas”.

Andradina, SP, 26 de setembro de 2016.



Hernani Martins da Silva
- vereador -

CartaCapital

Sociedade

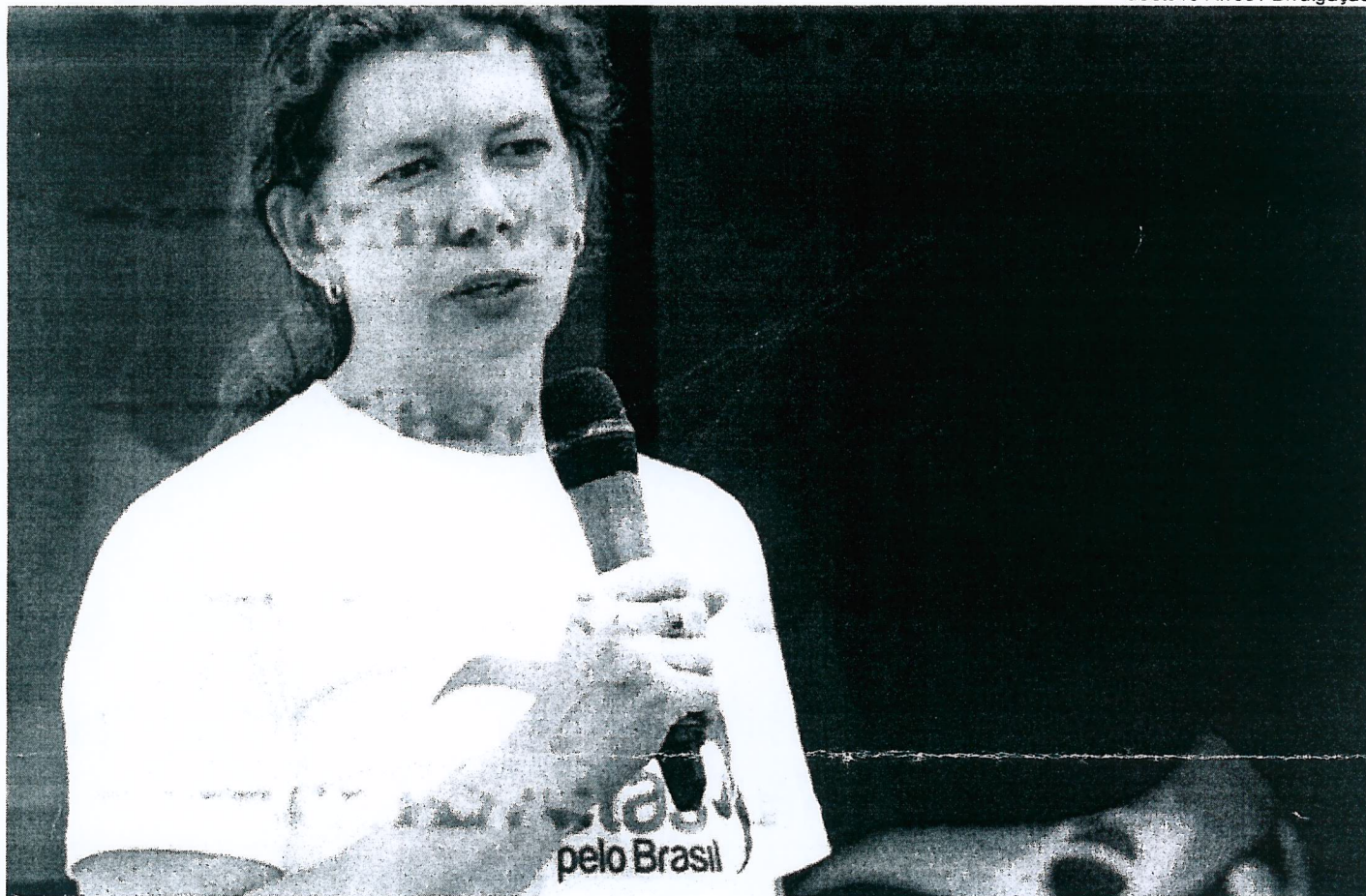
Entrevista - Ana Moser

"Acabar com a Educação Física é um retrocesso"

Crítica à alteração curricular do Ensino Médio, a medalhista olímpica vê prejuízos inclusive para a saúde pública

por Ingrid Matuoka — publicado 23/09/2016 14h40

Gustavo Alves / Divulgação



Ana Moser: mudança é ruim para o País

Michel Temer e o ministro da Educação, Mendonça Filho, apresentaram na quinta-feira 22 uma Medida Provisória que acaba com a obrigatoriedade das aulas de Educação Física, Artes, Filosofia e Sociologia no ensino médio. O ministro anunciou o modelo uma semana antes e afirmou que a urgência do governo se deve aos resultados do ensino médio no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

CartaCapital

a prática de Educação Física em todo o Brasil, ressaltando que a escola alcança lugares no país a que outras instituições não chegam e, por isso, é o centro de garantia de acesso ao esporte.

CartaCapital: *Um mês após o Brasil receber as Olimpíadas, o governo federal retira a obrigatoriedade do ensino de Educação Física nas escolas. O que isso representa?*

Ana Moser: Acabar com a Educação Física é um retrocesso. Voltamos para a década de 80, quando não tínhamos a obrigatoriedade da Educação Física. Isso gerou um prejuízo para a cultura da prática motora na escola, e o preço se paga até hoje. Dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, por exemplo, mostram que quase 70% dos alunos são sedentários. Trata-se de uma questão de saúde pública.

E, não menos importante, significa também tirar um lugar onde o adolescente pode ser adolescente, usar o corpo, se desafiar e se comunicar por meio de uma atividade motora.

Se a escola está se tornando desinteressante, não é afastando as disciplinas de humanas que vai melhorar o quadro, só vai piorar. Focar no resultado do Ideb é uma miopia, porque uma prova por si só não mostra se a educação está sendo eficiente ou não. Ela é um dos fatores, mas não é o único.

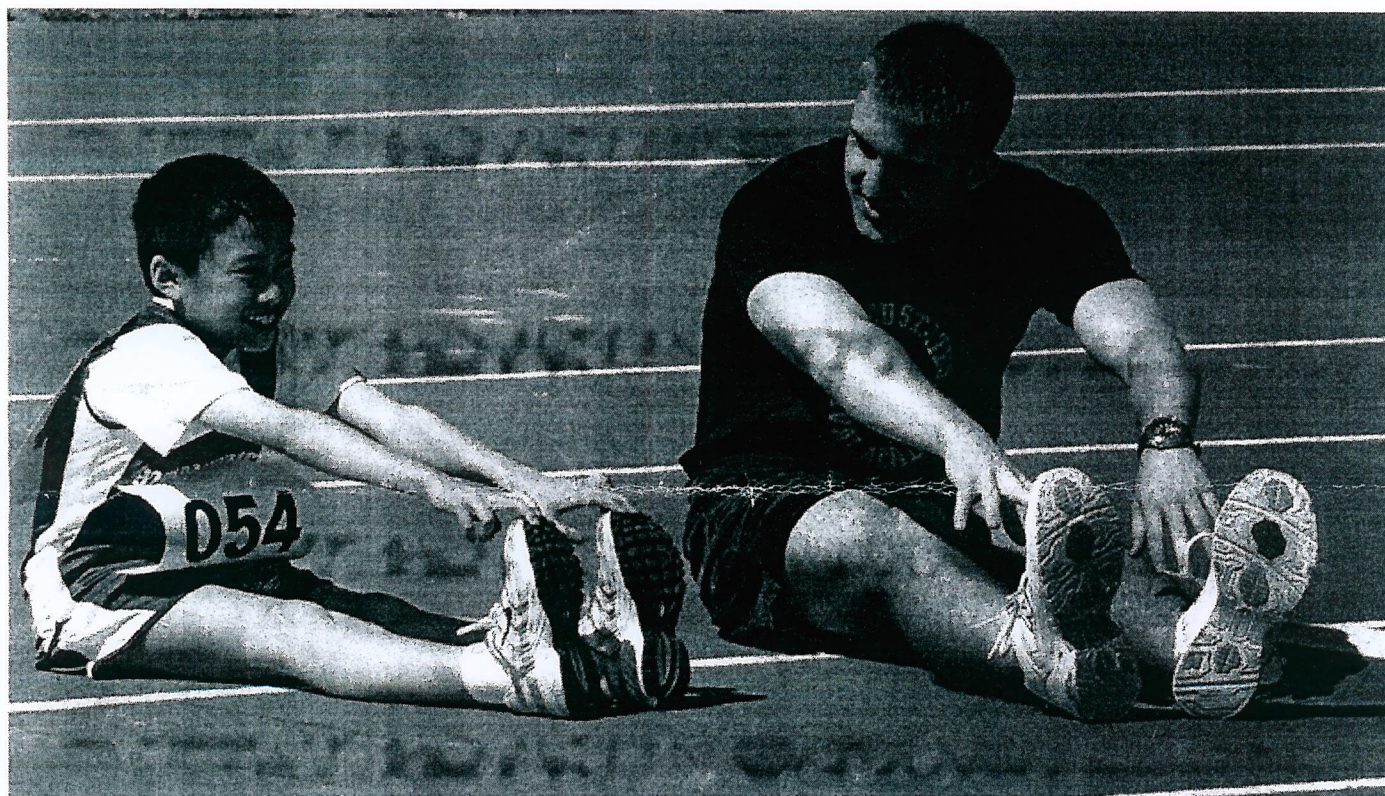
A própria política que apresentam como justificativa não me parece coerente. Tiram mais oportunidades de educação e dizem que vão ampliar o período escolar?

CC: *Quais são os retrocessos que podemos esperar em decorrência dessa decisão?*

AM: Podemos esperar a perda do potencial de desenvolvimento que a Educação Física traz: o motor, cognitivo e socioafetivo. Tira a oportunidade de convívio e formação de grupos, de aprender a conviver na diversidade e sob a ética das regras iguais que o esporte promove.

Os alunos envolvidos em atividades esportivas ocupam e cuidam da escola, têm uma relação afetiva mais forte. A medida reduz a identificação e o significado da escola para os jovens.

CartaCapital



O esporte promove o convívio na diversidade e sob a ética de regras iguais, diz a medalhista olímpica

CC: *Sem a obrigatoriedade, a tendência é que as escolas deixem de investir na infraestrutura e nos professores de educação física?*

AM: O que não é obrigatório é opcional. O que é opcional pode não existir. Temos nos baseado em trabalhos científicos e resultados de pesquisas que mostram a importância da atividade física na escola e, a partir disso, procuramos ampliar esse direito e garanti-lo a todos, e agora tiram esse direito, reduzem essa importância.

CC: *Isso também pode refletir nas políticas públicas de incentivo ao esporte nas periferias?*

AM: Com certeza, porque a escola é a instituição mais forte do País para atender crianças e jovens. As outras estruturas são complementares, mas as crianças e jovens estão na escola, e ela está em todos os lugares do País, inclusive onde outras instituições não chegam.

As secretarias de esporte, equipamentos, assistência social e de saúde voltadas à atividade física são esporádicas no País. A escola, não. Ela é o lugar que pode garantir esse direito – ou podia.

**Câmara Municipal de Itapetininga**

Estado de São Paulo

Itapetininga, 4 de outubro de 2016.

Of. Setor Leg. 00001157 - 2016

Junte-se ao processo de
MPV
nº 746, de 2016
Em 17/11/16

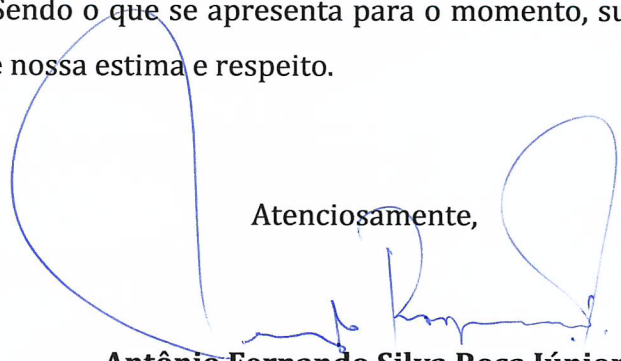
Excelentíssimo Senhor,

J. Martins
Lasilu
martins

Capeada pelo presente, estamos encaminhando a V. Exa., cópia da **Moção de nº 16/2016**, de autoria do Vereador Fuad Abrão Isaac, em repúdio à Medida Provisória para reestruturação do ensino médio.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevemo-nos com o testemunho de nossa estima e respeito.

Atenciosamente,


Antônio Fernando Silva Rosa Júnior
Presidente em exercício

Exmo. Sr.

José Renan Vasconcelos Calheiros

Presidente do Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Senado Federal, Anexo I, 15º andar

70165-900

Brasília/DF



016-16
CÂMARA do MUNICÍPIO de ITAPETININGA

Estado de São Paulo

75. 02

Este projeto foi aprovado em
única sessão, e votado na
sala de sessões em 23 de setembro de 2016.

Moção de Repúdio nº 16/2016.

Autoria do Vereador:	FUAD ABRÃO ISAAC	Fuad Abrão Isaac 1º Secretário
----------------------	-------------------------	--

**Senhora Presidente,
Senhores Vereadores,**

Considerando a proposta de reforma que o atual governo apresentou ao Congresso Nacional, através da Medida Provisória que altera os parágrafos 1º, 2º, 3º e 7º do Art.26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB para reestruturação do ensino médio;

Considerando que com a modificação, serão retiradas as disciplinas de filosofia, geografia, história e sociologia, e quando aplicada, as redes de ensino não serão obrigadas a ministrar aulas de educação física;

Considerando também a flexibilização de contratação de professores, podendo ocorrer sem concurso público, além do retorno de atividades à Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil;

Considerando a democratização da aprendizagem e a universalização dos direitos educacionais e a igualdade para que todos tenham iguais condições de acesso aos bens trazidos pelo conhecimento, que possam participar em termos de escolha;

Considerando que educação agrega a pluralidade de ideias e concepções, o qual requer tanto vontade política quanto uma sociedade civil fortalecida, desfrutando do direito à educação garantido pelo Constituição;

Requeremos à Mesa, com fundamentos nos preceitos regimentais e ouvido o douto plenário, que diante de uma proposição de tamanho retrocesso, encaminho **MOÇÃO DE REPÚDIO** ao Senhor Presidente da República, aos Senhores Senadores, ao Senhores Deputados Federais e lideranças partidárias no congresso, contra a Medida Provisória para reestruturação do ensino médio.

Sala das sessões, 23 de setembro de 2016.


Fuad Abrão Isaac
Vereador